

# PRÁTICAS EDUCATIVAS, MEMÓRIAS E ORALIDADES

Rev. Pemo – Revista do PEMO



## Memórias e reflexões sobre a desvalorização da educação física na escola brasileira

**Francisco Eraldo da Silva Maia<sup>i</sup>** 

Instituto Federal de Educação, Ciências e Tecnologia do Ceará, Limoeiro do Norte, CE,  
Brasil

**Joselita da Silva Santiago<sup>ii</sup>** 

Instituto Federal de Educação, Ciências e Tecnologia do Ceará, Limoeiro do Norte, CE,  
Brasil

**João Marcos Saturnino Pereira<sup>iii</sup>** 

Instituto Federal de Educação, Ciências e Tecnologia do Ceará, Limoeiro do Norte, CE,  
Brasil

**Virgílio da Silva Estácio<sup>iv</sup>** 

Instituto Federal de Educação, Ciências e Tecnologia do Ceará, Limoeiro do Norte, CE,  
Brasil

**Ramon Wesley Girão Lima<sup>v</sup>** 

Instituto Federal de Educação, Ciências e Tecnologia do Ceará, Limoeiro do Norte, CE,  
Brasil

### Resumo

Este artigo tem o objetivo refletir sobre a possível desvalorização da Educação Física na escola brasileira, identificando os fatores e/ou sujeitos que contribuem para esta situação. Para isso, realizou-se uma revisão de literatura, enfocando prioritariamente em livros artigos científicos, que apresentassem definições e considerações importantes referentes à temática. A educação física é um componente curricular entendido, muitas vezes, de forma equivocada, por alguns professores, alunos e gestores como uma disciplina extracurricular, que não influi para um dos principais objetivos da escola atualmente, que é a preparação dos alunos para a realização das avaliações externas de larga escala e a aprovação em vestibulares para a futura inserção dos alunos no mercado de trabalho. Com base nos dados e resultados da pesquisa, conclui-se que o sujeito que mais contribui para a desvalorização apresenta-se de forma bastante variável, pois verifica-se que ora é apenas o professor, ora gestores ou até mesmo os alunos.

**Palavras-chave:** Educação Física. Desvalorização. Escola.

### A reflection on the devaluation of the discipline of physical education in the brazilian school

### Abstract

This production aims to reflect on the possible devaluation of Physical Education in the Brazilian school, identifying the factors and / or subjects that contribute to





this situation. For this, a literature review was carried out, focusing primarily on books, scientific articles, which presented important definitions and considerations regarding the theme. Physical education is a curricular component that is often misunderstood by some teachers, students and managers as an extracurricular subject, which does not influence one of the main objectives of the school today, which is the preparation of students for the realization of large-scale external evaluations and approval in entrance exams for the future insertion of students in the labor market

**Keywords:** Physical education. Devaluation. School.

2

## 1 Introdução

Nos dias atuais ainda encontramos no interior da escola professores, gestores e alunos que reconhecem a Educação Física apenas como uma disciplina extracurricular, responsável por ofertar momentos de entretenimento por meio de atividades lúdicas e recreativas, desconsiderando as suas finalidades educacionais.

Diante disso, percebe-se que os professores de Educação Física sofrem um notável desprestígio no espaço escolar, tendo em vista que esta disciplina é posta no currículo com uma conotação inferior, quando comparada com outros componentes curriculares, o que reforça a sua desvalorização.

Nesse sentido, questionamos: quais são os fatores e os sujeitos que contribuem com a desvalorização da Educação Física na escola brasileira? A partir desta inquietação buscamos com este trabalho refletir sobre a possível desvalorização da Educação Física na escola brasileira, identificando os fatores e os sujeitos que contribuem para esta situação.

O presente trabalho mostra-se relevante por defender a importância da Educação Física no currículo escolar e na formação dos alunos, além de abordar um tema pouco discutido na área, apesar do aumento de pesquisas na Educação (GARCIA; YASUDA; BENE, 2020), possibilitando que os achados possam subsidiar os professores no enfrentamento da desvalorização e da marginalização da Educação Física na escola. A pesquisa é de natureza qualitativa e configura-se como uma revisão de literatura. Para a





sua realização foram utilizados livros e artigos, impressos e eletrônicos, que apresentassem definições e considerações importantes referentes a esta temática.

## 2 REVISÃO DE LITERATURA

3

A desvalorização da educação física é uma ocorrência histórica brasileira, e pode ser explicada devido a alguns fatores sociais, que ocorreram nos séculos antecedentes ao atual. Os Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN) esclarecem isso ao constatar que no século XX “Qualquer ocupação que implicasse esforço físico era vista com maus olhos, considerada ‘menor’. Essa visão dificultou a obrigatoriedade da prática de atividade física nas escolas” isso devido à analogia entre exercício físico e o trabalho escravo (BRASIL, 2000, p. 19). Ao consultar a mesma fonte, percebe-se que mesmo com a conquista da obrigatoriedade nas escolas, em 1851, ocorreu uma oposição de vários pais em ver seus filhos realizando uma atividade não intelectual, como apresentado no trecho a seguir:

No ano de 1851 foi feita a Reforma Couto Ferraz, a qual tornou obrigatória a Educação Física nas escolas do município da Corte. De modo geral houve grande contrariedade por parte dos pais em ver seus filhos envolvidos em atividades que não tinham caráter intelectual. Em relação aos meninos, a tolerância era um pouco maior, já que a idéia de ginástica associava-se às instituições militares; mas, em relação às meninas, houve pais que proibiram a participação de suas filhas.

Em 1882, Rui Barbosa deu seu parecer sobre o Projeto 224 — Reforma Leôncio de Carvalho, Decreto n. 7.247, de 19 de abril de 1879, da Instrução Pública —, no qual defendeu a inclusão da ginástica nas escolas e a equiparação dos professores de ginástica aos das outras disciplinas. Nesse parecer, ele destacou e explicitou sua idéia sobre a importância de se ter um corpo saudável para sustentar a atividade intelectual;

Apesar em 1937, na elaboração da Constituição, é que se fez a primeira referência explícita à Educação Física em textos constitucionais federais, incluindo-a no currículo como prática educativa obrigatória (e não como disciplina curricular), junto com o ensino cívico e os trabalhos manuais, em todas as escolas brasileiras (BRASIL, 1997, p.19).

Apesar de todos esses aspectos legais, verificou-se que, ainda assim, naquele período havia um certo preconceito acerca dessa disciplina. Ou seja, essa questão da desvalorização apresenta-se como um problema histórico. Todavia, este conceito pré-formado no século passado acerca dessa disciplina, ainda incide na contemporaneidade,





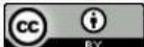
prejudicando o cumprimento da finalidade educacional da Educação Física na Educação Básica, que é possibilitar aos alunos, de forma contextualizada, o acesso aos elementos da cultura corporal que são: os jogos, os esportes, as ginásticas, as danças e as lutas (COLETIVO DE AUTORES, 1992), necessárias para a formação escolar, assim como as outras disciplinas que compõem o currículo escolar.

Neste sentido, constata-se que a desvalorização da Educação Física manifesta-se de diversas formas, dentre elas, através de decisões dos gestores que muitas vezes mudam o horário da disciplina, de modo que esta fique no contraturno. Diante disso, cabe destacar que Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LBDEN) nº 9.394/96 esclarece no Art. 26 que “A educação física, integrada à proposta pedagógica da escola, é componente curricular obrigatório da educação básica [...]” (BRASIL, 2018, p. 19), devendo ser tratada na escola da mesma forma que as outras disciplinas são, tendo o seu espaço respeitado no currículo escolar e na formação dos estudantes.

Situação semelhante a esta é abordado em uma pesquisa desenvolvida por Darido *et al.* (1999) com professores da rede pública de algumas cidades do Estado de São Paulo, no qual questionou-se aos participantes do estudo qual a percepção deles sobre o fato das aulas de Educação Física serem ministradas no mesmo horário das demais disciplinas. Dos 30 questionados, 22 responderam que preferiam que as aulas fossem realizadas no mesmo turno das demais, relatando que isso reduziria o número de faltas e pedidos de dispensas, além de verificar uma maior valorização e integração da Educação Física na escola.

Vale destacar que os pedidos de dispensas são assegurados, muitas vezes, pelo § 3º, do art. 26 da Lei 9.394/1996, Lei de diretrizes e Bases da Educação Nacional - LDB, onde afirma-se que a Educação Física é um componente curricular obrigatório sendo prática facultativa ao aluno que:

- I – que cumpra jornada de trabalho igual ou superior a seis horas;
- II – maior de trinta anos de idade;
- III – que estiver prestando serviço militar inicial ou que, em situação similar, estiver obrigado à prática da educação física;
- VI – que tenha prole.





Darido et al (1999, p. 143) explica que, sobretudo a dispensa de alunos que trabalham igual ou mais de seis horas por dia, trata-se de:

[...] pressupostos [...] questionáveis porque vinculam a área a um suposto gasto energético que os alunos, já exaustos pelo trabalho, não teriam condições de suportar. Tal conclusão reflete uma concepção ultrapassada de Educação Física, baseada em parâmetros energéticos e fisiológicos, e desconhece a possibilidade da adequação de conteúdos e estratégias às características e necessidades dos alunos dos cursos noturnos que trabalham, bem como a inclusão de conteúdos específicos (por exemplo, aspectos ergonômicos dos movimentos e posturas de trabalho, exercícios de relaxamento e compensação muscular, etc.

As declarações de Darido (1999) convergem com aquilo colocado na Base Nacional Comum Curricular (BNCC) do ensino fundamental:

A Educação Física é o componente curricular que tematiza as práticas corporais em suas diversas formas de codificação e significação social, entendidas como manifestações das possibilidades expressivas dos sujeitos, produzidas por diversos grupos sociais no decorrer da história. Nessa concepção, o movimento humano está sempre inserido no âmbito da cultura e não se limita a um deslocamento espaço-temporal de um segmento corporal ou de um corpo todo. (BRASIL, 2018, p. 213)

Como pode ser visto nos parágrafos acima, a atual concepção hegemônica de Educação Física publicada na BNCC não coaduna mais com o texto expresso na LDB de 1996. Diante disso, ficamos entre as determinações legais que permitem a dispensa dos alunos a partir de uma perspectiva energética e fisiológica da Educação Física e o seu atual perfil sociocultural e educacional.

Outro ponto a ser analisado é a questão sociocultural presente em nosso cotidiano, no qual a escola que era para preparar os estudantes para a vida, prepara para o vestibular e as avaliações externas de larga escala, que são influenciadas por organismos internacionais, como afirmado por Sousa e Soares (2020). Como resultado, disciplinas que não são cobradas nessas avaliações e que não “não apresentam importância” para a inserção do aluno em uma graduação são desvalorizadas no currículo escolar e na formação dos alunos. Neste sentido, Bartholo, Soares e Salgado (2011, p.





206) destacam que “O currículo é organizado em torno das relações entre saberes e fazeres e entre os jogos de identidade e poder. A seleção dos conteúdos representa [...] em última instância, os valores adequados à participação ativa na sociedade”, sendo a capitalista, excludentes, classificatória e seletiva.

A partir disso, inferimos que a desvalorização da Educação Física na escola brasileira é motivada por uma busca na qualificação profissional por parte dos alunos, onde estes dedicam parte considerável de seu tempo a estudos voltados para os vestibulares. Desta forma, os alunos acabam atribuindo uma maior importância às matérias que tenham um “maior peso”, como por exemplo, português, matemática, redação, dentre outras.

Darido et al. (1999, p. 142) corrobora com o que é exposto acima ao citar que: “A preocupação em investir no futuro, muitas vezes representado pelo vestibular, vai se tornando uma exigência cada vez maior pela sociedade. Por isso, as expectativas acerca da Educação Física [...] ficam em segundo plano” No entanto, é preciso ressaltar que a busca por qualificação profissional não deve ser menosprezada.

Neste sentido, alguns professores de Educação Física mesmo sabendo da importância dessa disciplina para a formação dos alunos acabam contribuindo com a desvalorização e marginalização da área no espaço escolar. Percebemos isso, quando avistamos no dia a dia professores ministrando as aulas sem planejar, muitas vezes, simplesmente lançando a bola para os alunos jogarem de forma livre sem nenhum direcionamento didático-pedagógico. Outro elemento que reforça essa situação é o fato de alguns docentes atribuírem à Educação Física apenas a magnitude esportiva, visando à aptidão física dos alunos, o rendimento técnico, o que poderão ter como resultado alunos insatisfeitos com sua aula, por estes muitas vezes estarem inaptos a prática do esporte de alto rendimento.

Conforme ressalta Betti (1999, p. 26):

Isto não quer dizer que se queira negar totalmente o esporte mas sim, levantar questões sobre sua orientação no sentido do Princípio de Rendimento e Concorrência, que selecionam os melhores, classificam e relegam os mais fracos.





Há necessidade de mudanças tanto da "Ação" prática quanto da "Reflexão" teórica.

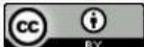
7 Paralelo a isso, Macedo e Antunes (1999, p. 13) demonstram em seu estudo relatos de professores sobre a não valorização da disciplina, como: “[...] alguns profissionais (colegas) contribuíram para isso, jogam a bola e sentam na sombra, não se relacionam com os alunos [...] fazendo muito pouco para melhorar [...]”. Desta forma, os autores demonstram que o próprio professor de Educação Física muitas vezes acabam contribuindo para a desvalorização da disciplina no espaço escolar.

A desvalorização da educação física decorre da própria postura profissional do especialista, pois, através destes, podemos constatar a presença do comodismo, a falta de atualização e de consciência corporal, uma vez que poucos mencionam – o que nos leva a crer que não reconhecem – a grandiosidade dos conteúdos sob sua responsabilidade e, principalmente, do valor das vidas que se colocam nas suas mãos. (LOVISOLO, 1996 *apud* MACEDO; ANTUNES, 1999, p. 14-15).

No entanto, é preciso elucidar que ao contrário dos professores que atribuem as aulas apenas a magnitude esportiva, há um outro grupo de professores engajados com a finalidade educacional da disciplina. Mas, que não conseguem realizar suas aulas de acordo com o projeto político da escola, devido às limitações estruturais da mesma.

Silva e Junior (2015, p. 466) afirmam isso ao falar que nessas situações onde ocorrem “[...] falta de infraestrutura, falta de espaços físicos e falta de materiais didáticos pedagógicos para Educação Física escolar podem então atrapalhar o desempenho docente, assim como o desempenho escolar dos alunos [...]”. Pois, com todas essas limitações, os alunos não poderão vivenciar os diversos aspectos do conhecimento da cultura corporal, ficando restritivo, muitas vezes, a um reduzido número de vivências corporais durante as aulas, podendo desmotiva-los a participar das mesmas.

Darido et al. (1999) também constata alguns outros motivos no qual muitos alunos buscam se distanciar das aulas de educação física escolar. Dentre eles, mostra-se que a falta de interesse, aptidão, limitada prática corporal, vergonha, assim como experiências não positivas vividas anteriormente, são alguns dos principais motivos que contribuem





para vários alunos, principalmente do Ensino Médio se privarem das aulas de Educação Física.

Deste modo, Macedo e Antunes (1999) afirmam, que o professor de Educação Física deveria privilegiar, também, em suas aulas, a dimensão teórica da disciplina e desta forma demonstrar aos seus alunos o quão importante é essa matéria para os alunos. Vale lembrar, que isto não substitui as aulas práticas, mas sim, possibilita uma contextualização desta com os aspectos da cultura corporal ao decorrer do processo de ensino e aprendizagem.

Como visto na BNCC do ensino fundamental:

Nas aulas, as práticas corporais devem ser abordadas como fenômeno cultural dinâmico, diversificado, pluridimensional, singular e contraditório. Desse modo, é possível assegurar aos alunos a (re) construção de um conjunto de conhecimentos que permitam ampliar sua consciência a respeito de seus movimentos e dos recursos para o cuidado de si e dos outros e desenvolver autonomia para apropriação e utilização da cultura corporal de movimento em diversas finalidades humanas, favorecendo sua participação de forma confiante e autoral na sociedade (BRASIL, 2018, p. 213).

Percebe-se no fragmento acima que faz-se necessário, durante as aulas de Educação Física, o desenvolvimento de momentos e oportunidades que possibilitem aos alunos o entendimento, assim como, a conscientização das práticas corporais.

### 3 Considerações finais

O presente trabalho teve como objetivo refletir sobre a possível desvalorização da Educação Física na escola brasileira, identificando os fatores e os sujeitos que contribuem para esta situação. A partir da realização do estudo identificamos cinco fatores principais que favorece a atual desvalorização da Educação Física no espalho escolar, sendo eles: a postura profissional de alguns professores da área, as decisões tomadas pelos gestores das escolas, as experiências negativas de alguns alunos nessa disciplina, a infraestrutura inadequada para trabalhar as práticas corporais e a pouca representação que a Educação Física tem nas avaliações externas e nas provas de vestibulares.





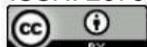
Como meio para minimizar este problema, conclui-se que uma melhor infraestrutura de vestiários, quadras e equipamentos esportivos, poderiam permitir melhores condições de trabalho para os professores, bem como a realização das atividades físicas nos próprios turnos, deste modo, possibilitando uma melhor participação e assiduidade dos alunos nas aulas.

Paralelo a isso, torna-se necessário que o professor introduza em suas aulas os elementos da cultura corporal, com o propósito de torná-las mais inclusivas e possibilitar aos alunos a oportunidade de vivenciarem e compreenderem de forma crítica o desenvolvimento histórico-cultural das práticas corporais. Em relação a pouca representatividade desta disciplina nos exames, é imprescindível o esclarecimento por parte de gestores e professores, que a Educação Física é uma disciplina importante para a formação dos alunos, no que diz respeito aos aspectos físicos, cognitivos e socioemocionais.

Ressalta-se que mesmo sendo um trabalho realizado por meio de leitura de livros e artigos que tratam sobre o assunto, o estudo demonstra limitações, por abordar um tema bastante complexo dentro da Educação Física escolar. Diante disso, recomenda-se a realização de novos estudos que analisem de forma detalhada as reverberações dos aspectos econômicos, sociais, e sobretudo das avaliações de larga escala, no âmbito escolar, e em específico, na Educação Física. Por meio disso, será possível encontrar as raízes dos problemas levantados no presente estudo, possibilitando assim a ampliação dessa questão através de outras perspectivas.

## Referências

BRASIL. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional nº 9.394/96, de 20 de dezembro de 1996**. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Brasília, 2018. Disponível em: [http://www2.senado.leg.br/bdsf/bitstream/handle/id/544283/lei\\_de\\_diretrizes\\_e\\_bases\\_2e\\_d.pdf](http://www2.senado.leg.br/bdsf/bitstream/handle/id/544283/lei_de_diretrizes_e_bases_2e_d.pdf). Acesso em: 1 abr. 2019.





BRASIL. **Base Nacional Comum Curricular (BNCC)**. Consulta Pública. Brasília, MEC/CONSED/UNDIME, 2019. Disponível em: <http://basenacionalcomum.mec.gov.br/>. Acesso em: 1 mai. 2019.

BRASIL. **Parâmetros Curriculares Nacionais: Linguagens, Códigos e suas Tecnologias**. Brasília: MEC/SEB, 2000. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/programa-saude-daescola/195-secretarias-112877938/seb-educacao-basica-2007048997/12598-publicacoes-sp-265002211>. Acesso em: 13 mai. 2019.

10

BARTHOLLO, Tiago Lisboa; SOARES, Antonio Jorge Gonçalves; SALGADO, Simone da Silva. Educação Física: dilemas da disciplina no espaço escolar. **Currículo sem fronteiras**. v. 11, n.2, p. 204-220, jul/ dez. 2011. O material coletado na Internet deve ser baseado nos modelos anteriores e constar no final: Disponível em: <http://www.curriculosemfronteiras.org/vol11iss2articles/bartholo-soares-salgado.pdf>. Acesso em: 08 mai. 2019.

BETTI, Irene Conceição Rangel. Esporte na escola: mas é só isso, professor? **Motriz**, v. 1, n. 1, p. 25–31. Jun. 1999. O material coletado na Internet deve ser baseado nos modelos anteriores e constar no final: Disponível em: [http://www.rc.unesp.br/ib/efisica/motriz/01n1/4\\_Irene\\_form.pdf](http://www.rc.unesp.br/ib/efisica/motriz/01n1/4_Irene_form.pdf). Acesso em: 08 mai. 2019.

COLETIVO DE AUTORES. **Metodologia do Ensino da Educação Física**. 1 ed. São Paulo: Cortez, 1992. 84 p.

DARIDO, Suraya Cristina; GALVÃO, Zenaide; FERREIRA, Lilian Aparecida; FIORIN, Giovanna. Educação física no ensino médio: reflexões e ações. **Motriz**. v.5, n.2, dez. 1999. O material coletado na Internet deve ser baseado nos modelos anteriores e constar no final: Disponível em: <http://www.rc.unesp.br/ib/efisica/motriz/05n2/5n202Darido.pdf>. Acesso em: 08 mai. 2016.

DARIDO, Suraya Cristina; GALVÃO, Zenaide; FERREIRA, Lilian Aparecida; FIORIN, Giovanna. Educação Física No Ensino Médio: Reflexões E Ações. **Motriz**. v.5, n.2, 1999, p.138-145. Disponível em: <http://www.periodicos.rc.biblioteca.unesp.br/index.php/motriz/article/view/8728>. Acesso em: 08 mai. 2019.

GARCIA, Fabiane Maia; YASUDA, Bruna Chizuka; BENE, Leonel Elias. Observações preliminares acerca das pesquisas em educação do Amazonas. **Educação & Formação**, Fortaleza, v.5, n. 5, p.36-53. 2020. Disponível em: <https://revistas.uece.br/index.php/dufor/article/view/1706>. Acesso em: jun. 2020.





MACEDO, Roberta Lélis de; ANTUNES, Rita de Cássia Franco de Souza. Valoração da Educação Física: da produção acadêmica ao reconhecimento individual e social. **Pensar a Prática**, v.2, p. 65-83, Jun./Jun. 1998/1999. O material coletado na Internet deve ser baseado nos modelos anteriores e constar no final: Disponível em: <https://revistas.ufg.emnuvens.com.br/fef/article/view/150/134> . Acesso em: 08 mai. 2019.

SILVA, Jéssica Luciana; JÚNIOR, Roosevelt Leão. **Infraestrutura para educação física na rede escolar estadual de Goiatuba- GO**: uma descrição sobre a realidade escolar. Enciclopédia Biosfera, Centro Científico Conhecer - Goiânia, v.11, n.20, p. 457-469, Jan. 2015. O material coletado na Internet deve ser baseado nos modelos anteriores e constar no final: Disponível em: <http://www.conhecer.org.br/enciclop/2015a/infraestrutura.pdf> . Acesso em: 08 mai. 2019.

SOARES, Lucas de Vasconcelos; COLARES, Maria Lília Imbiriba Sousa. Avaliação educacional ou política de resultados? **Educação & Formação**, Fortaleza, v.5, n.3, p. 1-24, set./dez. 2020. Disponível em: <https://revistas.uece.br/index.php/redufor/article/view/2951> Acesso em: mai. 2020.

<sup>i</sup> **Francisco Eraldo da Silva Maia**, ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-0295-5989>

Instituto Federal de Educação, Ciências e Tecnologias do Ceará, Educação, Curso Licenciatura em Educação Física

Especialista em Didática e Práticas do Ensino (UNIQ); Licenciado em Educação Física (IFCE); Tutor dos cursos de Educação Física da Unopar.

Contribuição de autoria: Responsável pela escrita e revisão do texto.

Lattes: <http://lattes.cnpq.br/1018685917153870>

E-mail: [eraldo2maia@gmail.com](mailto:eraldo2maia@gmail.com)

<sup>ii</sup> **Joselita da Silva Santiago**, ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-7019-6462>

Instituto Federal de Educação, Ciências e Tecnologias do Ceará, Educação, Curso Licenciatura em Educação Física

Licenciada em Educação Física (IFCE); Professora de Educação Física da Escola de Ensino Infantil e Fundamental Turma da Mônica.

Contribuição de autoria: Responsável pela revisão e correção do texto.

Lattes: <http://lattes.cnpq.br/6048999471651458>

E-mail: [josysantiago3006@gmail.com](mailto:josysantiago3006@gmail.com)

<sup>iii</sup> **João Marcos Saturnino Pereira**, ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-8110-6904>

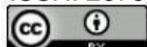
Instituto Federal de Educação, Ciências e Tecnologias do Ceará, Educação, Curso Licenciatura em Educação Física

Pós-graduando em Educação Física Escolar e Psicomotricidade (FAVENI); Licenciado em Educação Física Ceará (IFCE).

Contribuição de autoria: Responsável pela escrita e revisão do texto.

Lattes: <http://lattes.cnpq.br/3095248604849260>

E-mail: [joaomarcosedf@gmail.com](mailto:joaomarcosedf@gmail.com)





<sup>iv</sup> **Virgílio da Silva Estácio**, ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-7146-0691>

Instituto Federal de Educação, Ciências e Tecnologias do Ceará, Educação, Curso Licenciatura em Educação Física

Pós-graduado em Fisiologia do Exercício e Biomecânica (FAVILI); Licenciado em Educação Física (IFCE).

Contribuição de autoria: Responsável pela escrita do texto.

Lattes: <http://lattes.cnpq.br/3684211188875077>

E-mail: [virgilioestacio41@gmail.com](mailto:virgilioestacio41@gmail.com)

<sup>v</sup> **Ramon Wescley Girão Lima**, ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-2826-4211>

Instituto Federal de Educação, Ciências e Tecnologias do Ceará, Educação, Curso Licenciatura em Educação Física

Licenciado em Educação Física (IFCE); Professor, na Secretaria do Esporte e Juventude de Morada Nova (CE).

Contribuição de autoria: Responsável pela escrita do texto.

Lattes: <http://lattes.cnpq.br/9062581661088871>

E-mail: [professorrwgl@gmail.com](mailto:professorrwgl@gmail.com)

**Editora responsável:** Cristine Brandenburg

## Como citar este artigo (ABNT):

MAIA, Francisco Eraldo da Silva *et al.* Memórias e reflexões sobre a desvalorização da educação física na escola brasileira. **Rev. Pemo**, Fortaleza, v. 1, n. 3, p. 1-12, 2019.

Disponível em: <https://revistas.uece.br/index.php/revpemo/article/view/3580>

